



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

ANO XXXII — Nº 152

QUARTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

I — ATA DA 254^a SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — O problema migratório do País.

DEPUTADO CELSO BARROS — Pronunciamento do Senhor Presidente da República a ser feito dia 1º de dezembro próximo vindouro.

DEPUTADO ANTONIO BRESOLIN — Depoimento feito pelo Dr. Karlos Rischbieter, na Comissão de Agricultura e Política Rural, da Câmara dos Deputados, a respeito da agropecuária nacional.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Considerações sobre advertência feita pelo Senhor Ministro da Saúde, referente a gastos públicos no País.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Excessos que vêm sendo praticados na repressão dos movimentos estudantis ocorridos no País.

DEPUTADO MINORU MASSUDA — Sugestão referente à constituição de uma CPI, destinada a examinar o desempenho da política de incentivos fiscais no País, a partir de 1976.

DEPUTADO NABOR JUNIOR — Declarações que teriam sido feitas pelo Assessor de Imprensa da Presidência da República, referentes ao preparo do povo brasileiro para o exercício da democracia.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Aniversário de fundação do jornal *O Crisolit*.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Proposta do Deputado Amadeu Chacar, feita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, referente à constituição de Comissão Especial de Defesa do Rio Parába.

1.2.2 — Ofício

Do Presidente da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nos 17 e 18,

de 1977, de prorrogação de prazo para emissão de parecer por aquele órgão técnico. Desferido.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1977-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre o Imposto de Exportação, e dá outras providências. Aprovado. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 255^a SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Esforços despendidos pela SUCAM para erradicação da malária no Estado do Acre.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Conclusão do campo de pouso de Eirunepé — AM. Concessão de prioridade para construção de campo de pouso em Fonte Boa — AM.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Ofício recebido do Presidente da Comissão, designada pela Representação da Federação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, para assuntos pertinentes aos servidores dos órgãos transferidos, reivindicando melhoria em favor daqueles servidores.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Homenagem ao Embaixador Vasco Mariz, no momento em que S. Ex^o se afasta da representação do Ministério das Relações Exteriores junto ao Congresso Nacional para assumir a Embaixada do Brasil em Israel.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Construção de nova via de acesso para a Serra de Teresópolis-RJ.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:	Cr\$ 200,00
Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 800,00
Via Aérea:	Cr\$ 400,00
Semestre	Cr\$ 800,00
Ano	Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00
	Tiragem: 3.500 exemplares

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Saudação ao Embaixador Vasco Mariz, no momento em que S. Ex^e assume a Embaixada do Brasil em Israel.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Reiterando apelo no sentido da inclusão do funcionalismo dos Territórios no Plano de Classificação de Cargos.

DEPUTADO FERNANDO COELHO — Ofício recebido do Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco, manifestando-se contrariamente à aprovação de matéria, em tramitação na Câmara dos Deputados.

DEPUTADO JOSE ZAVAGLIA — Críticas feitas, por representante arenista na Assembleia bandeirante, com intuito de intrigar o MDB junto à opinião pública.

DEPUTADO ATHIÉ COURY — 6º aniversário da criação da Associação dos Empregados Aposentados Sindicalizados de Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo.

DEPUTADO CARLOS WILSON — Demissão do economista Paulo de Tarso, da SUDENE.

DEPUTADO LEONÍDAS SAMPAIO — 20º aniversário da Revista Social, editada em Petrópolis-RJ.

DEPUTADO PAULO MARQUES — Ofício assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Toledo, denunciando arbitrariedades praticadas pela polícia civil de Cascavel-PR, durante incursão realizada, por questões de terra, na Fazenda Boa Esperança, naquele município.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 23/77-CN, que autoriza a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades. Aprovado. À sanção.

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 254^a SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977
3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 11 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Catete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Vianna — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral

Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Querçia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Acioley Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbuge — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Gorreia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marclio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacilio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antônio José — MDB; Djakma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antônio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emâoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarciso Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antônio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantidio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy —

ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccatto — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmor Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kfouri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Ross — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmor Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concede a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os principais veículos da imprensa escrita brasileira trouxeram, recentemente, notícia verdadeiramente preocupante, em que consideram a migração como uma ameaça iminente para a metade da população do País.

Essa conclusão, retirada de levantamentos realizados pelo Ministério do Interior, nos leva a constatar que cerca de 11,5 milhões de famílias de trabalhadores rurais, ou seja, 55 milhões de pessoas; ou ainda metade da população brasileira, estão ameaçadas de se transformarem em migrantes, por não encontrarem emprego em suas cidades de origem.

Já em 1970, pelo censo do IBGE, constatava-se a existência de 30 milhões de migrantes no País. Desse total, 11 milhões viviam nas regiões metropolitanas e a maioria, 70%, estava concentrada na Grande São Paulo e na Grande Rio. Porém, o IBGE não considerou em seus levantamentos o tipo mais comum de migração no País: as pessoas que se retiram da área rural em direção às cidades de um mesmo município.

Assim é que, de acordo com o Ministério do Interior, uma vez mantidas as atuais tendências de desenvolvimento sócio-econômico, existe a possibilidade de as 55 milhões de pessoas transferirem-se para as áreas urbanas à procura de melhores condições de vida. Lembram ainda os técnicos daquele Ministério que a única forma de evitar essa migração maciça, que se dirige, invariavelmente, para as regiões Norte e Sudeste, é desenvolver novos núcleos de colonização, realizar a reforma agrária, construir indústrias que absorvam a produção agrícola e oferecer uma demanda sempre crescente de empregos na área rural.

Especialistas entendem como fatores de expulsão dois motivos básicos: necessidade de maior produtividade, com a utilização de moderna tecnologia em substituição à mão-de-obra e pressão da população para o aproveitamento de áreas cultiváveis, "limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte de terrenos pelos grandes proprietários".

Segundo um trabalho elaborado pela Comissão Executiva da Pesquisa de Migrações Internas, "as ações governamentais na área das migrações têm sido exercidas difusamente e de forma assistencialista". E não há, pelo menos a curto prazo, uma ação para se corrigir esses erros, pois o nosso Governo tem dado prioridade aos investimentos baseados em emprego de tecnologia e que geram, portanto, poucos empregos. Tal pode ser deduzido, por exemplo, da construção de ITAIPU. Após a conclusão da mesma, a cidade de Foz do Iguaçu continuará enfrentando os problemas criados por um grande número de trabalhadores que não encontrarão empregos.

Outro exemplo nos vem do Nordeste, onde os projetos industriais aprovados deveriam ter criado, nos últimos 17 anos, mais de 1 milhão de empregos indiretos. No entanto, deu-se maior ênfase à instalação de fábricas com elevado índice tecnológico, para que as mesmas fizessem frente às indústrias da região Sudeste. Por isso, técnicos federais entendem que esses projetos não satisfizeram ao número de empregos desejados.

O Nordeste é a região que mais tem contribuído para aumentar o número de migrantes brasileiros. Isto ficou demonstrado em trabalho realizado pelo Secretário de Planejamento e Operações do Ministério do Interior, o qual especifica ainda que os nordestinos

residentes no Rio de Janeiro e em São Paulo "servem basicamente para preencher as necessidades de mão-de-obra não qualificada ou semi-qualificada, recebendo pelo seu trabalho rendimentos que se situam em torno ou pouco acima do salário mínimo". O trabalho também demonstra que "a distribuição de renda desses nordestinos é muito menos homogênea, concentrando-se, na maioria, nas faixas de renda mais baixas".

Dante dessas informações trazidas a público por representantes do Governo, urge que se tomem providências para impedir o êxodo rural. Há que se dotar o campo e as atividades nele desenvolvidas de diretrizes capazes de incentivar a permanência do homem nas suas origens. Só assim estaremos livrando o País de um mal de consequências imprevisíveis.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (MDB — PI) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Existe certa expectativa em torno do pronunciamento que fará o Presidente Geisel no dia primeiro de dezembro, como se ao País tivesse de revelar algum segredo ou aos brasileiros endereçar alguma mensagem confortadora de suas aspirações mais generalizadas.

Quem vem acompanhando a trajetória do Governo do Presidente, fixando-se em dois pontos fundamentais de sua doutrina político-institucional, observa facilmente que entre a anunciada e agourenta distensão e o "pacote" de abril o recuo foi considerável. Fechou-se aí o ciclo das primeiras ambições, para abrir-se agora um outro — o da sucessão presidencial. E este se — mostra tão pouco auspicioso quanto o primeiro, tendo como marcos de sua projeção o diálogo do Senador Petrônio e o anúncio do nome do sucessor do Presidente.

O que se vê, no entanto, é que o diálogo é mero passatempo, porque destituído da base legítima de apoio que o tornaria viável — que é o povo, uma vez que se localiza nas cúpulas políticas, administrativas ou em setores isolados da opinião pública nacional. E no que tange à sucessão, já se sabe que o nome apoiado pelo Presidente é o do General Figueiredo. O Presidente não o disse publicamente, e nem era necessário fazê-lo. Há quem fale por ele e tal presunção há de prevalecer enquanto não vier de sua parte a palavra esclarecedora, sem dúvida necessária para afastar as suspeitas de que é mera estratégia político-eleitoral o prazo marcado para a definição sucessória, restrita ao colégio eleitoral que indicará o candidato à homologação de outro colégio, já pré-fabricado.

Assim, Srs. Congressistas, nesses desencontros e recuos, se não nos é dado saber o que vai dizer o Presidente Geisel, podemos de logo deduzir o que não vai dizer. E isso de certa forma nos interessa, porque não nos surpreenderá com sua fala.

Primeiramente, terá o privilégio exclusivo do uso do rádio e da televisão, colocando esses meios de comunicação a serviço dos interesses do Poder e não da Nação.

Não falará sobre Constituinte, porque também este é tema que interessa a todo o povo e este não pode-participar de decisões forjadas nas cúpulas governamentais. Não falará sobre Direitos Humanos, para não abalar os alicerces da segurança do Governo. Nada dirá sobre Estado de Direito, como etapa imediata das nossas aspirações políticas, porque o Estado de Direito não é o Estado ideal dos atuais detentores do Poder no Brasil.

Não ouviremos palavras sobre a Censura, cada dia mais aviltadora de nossos valores culturais, como se devéssemos render homenagem aos métodos repressivos que fizeram praça na Idade Média.

Não falará sobre a importância da Universidade Brasileira, pois teria de ferir o problema das sucessivas invasões de que foi vítima e vinculá-lo ao problema dos Direitos Humanos.

Não falará sobre as garantias constitucionais, liberdade de pensamento e demais garantias individuais, pois seria condenar a

tortura e abrir oportunidade para a condenação dos que por ela são responsáveis.

Enfim, o que restará à temática do discurso do Presidente? Talvez apenas o elogio do diálogo, como peça vestibular para a sucessão. Presisa o Governo de desviar a opinião pública e fazer com que a Nação não desperte para o exame de sua realidade institucional, condenada por todos os setores esclarecidos da sociedade brasileira. Para isso usa a tática do diálogo, dá-lhe divulgação, empresta-lhe toda ênfase, transforma-o em bandeira de salvação nacional, impedindo que seja hasteada a autêntica bandeira que simboliza os ideais e as aspirações do povo brasileiro — a bandeira da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Congressistas, por iniciativa do Deputado Pacheco Chaves, encontram-se neste momento na Comissão de Agricultura e Política Rural o Dr. Karlos Rischbieter, Presidente do Banco do Brasil S/A, e o Dr. José Ribamar Melo, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil. Estão eles acompanhados do Dr. Antônio Ferreira Álvares da Silva, Diretor de Coordenação e Execução de Política de Crédito Rural do Banco do Brasil; do Dr. Carlos Brandão, Diretor de Finanças do Banco do Brasil; do Dr. Aristófones Pereira, Diretor da 2ª Região; do Dr. Amílcar Martins, Diretor da 1ª Região.

Ouviu-se, inicialmente, o ilustre Presidente do Banco do Brasil, que fez longa e substanciosa exposição. Simpatizei, inclusive, com grande parte do seu trabalho, sobretudo, porque teve a coragem de confessar aquilo que efetivamente se passa no Brasil em relação à agropecuária. Com dados precisos que tem à mão, S. Exa. confessou simplesmente que a produção nacional é uma vergonha; que nós, que poderíamos ser o celeiro do mundo — o Brasil, de dimensões continentais, poderia inclusive alimentar grande parte da humanidade — até hoje continuamos importando quase tudo.

Em relação ao trigo, citou o exemplo de outros países, como a Suécia, que produzem 5 toneladas por hectare, enquanto a média mais alta encontrada no Brasil era de 800 quilos por hectare. Eu posso afirmar que, nesse particular, a maior média, no Brasil, fora de 1.080 quilos por hectare, o que é muito pouco em relação à Argentina, que produz 1.800 quilos por hectare, em relação ao Canadá, que produz 20 milhões de toneladas de trigo, em 10 milhões de hectares plantados; em relação à Austrália, cuja produção corresponde a 12 ou 14% de toda a demanda mundial; em relação ao México, com 3,5 toneladas por hectare; em relação a Israel, onde esteve há pouco, com 5 a 7 toneladas por hectare.

Pelo que tange à pecuária, S. Exa. desenvolveu importante tema, levando ao conhecimento dos Parlamentares ali presentes a dolorosa situação por que passa o importante setor da economia nacional.

O Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, no momento em que me retirei, fazia substancial exposição, dando conhecimento àquele órgão técnico e a todos que estavam presentes da dolorosa realidade que se verifica em nosso País, a despeito de alguns esforços do Governo, muitas vezes acertados. Mas o Brasil, no campo da agropecuária, está 30 ou 40 anos atrasado, em relação aos países mais adiantados do mundo. E tudo aquilo que se fizer nesse particular será pouco, porque nenhum país do mundo será capaz de solucionar os seus problemas fundamentais, a não ser através do aumento de sua produção.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando assistimos ao crescente esbanjamento do dinheiro público pelos dirigentes dos órgãos do Governo, principalmente da administração indireta, instalados em luxuosos gabinetes, mantendo caríssimas mordomias, é deve-

ras confortador constatar que o Ministério da Saúde tem a dirigir-lo um homem público voltado para o bem coletivo, conscientizado dos graves problemas que mais afetam as populações brasileiras interiores e baixa renda.

Assim, não poderia deixar de registrar nos Anais do Congresso Nacional as advertências feitas pelo Ministro Almeida Machado sobre os gastos da administração pública:

"Se os "poucos lóstões" destinados à saúde pública, forem bem administrados, dentro de cinco a dez anos o Ministério da Saúde eliminará os problemas sanitários da Uauá, na Bahia, e da maioria dos municípios do interior do País, onde há "carência de tudo". Para atender às necessidades básicas dos 25 mil habitantes daquela cidade foram liberados, este ano, 25 milhões de cruzeiros para o trabalho que será desenvolvido pela Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP).

A advertência foi feita, ontem, pelo Ministro Almeida Machado, para quem não tem mais validade o velho chavão "não se faz nada por falta de recursos". Na sua opinião, esses recursos "não são tão pequenos assim se bem empregados". "O importante — frisou — é saber o que se está fazendo com as verbas destinadas aos programas de Saúde Pública no Brasil".

Por ter sido considerado o município mais pobre do País, mais isolado, e sem qualquer infra-estrutura sanitária, Uauá foi escolhido como "Campus experimental" do Ministério da Saúde, que pretende dotá-lo do "mínimo ideal para atender às necessidades de saúde da sua população", e, como disse Almeida Machado, "mostrar como se pode, com pouco dinheiro, pegar um município como Uauá, e, em curto prazo, dar ao seu povo dignidade para viver".

A recuperação de Uauá custará mil cruzeiros por pessoa, gasto que na opinião do Ministro da Saúde poderia ser feito por grande parte de outras prefeituras, a fim de tornar razoável a sobrevivência da população. Ele revelou que o Fundo de Participação dos Municípios dispõe de Cr\$ 1.402.399,00 para o setor saúde, e o Fundo de Participação dos Estados, Cr\$ 701.700,00 milhões, dinheiro esse que, na sua opinião, "é muito para a saúde pública, mas pouco quando não é empregado de forma rentável".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Não sou eu quem deve discutir se há ou não elementos estranhos infiltrados entre os movimentos estudantis.

O que sei, como todos os brasileiros, é que não se deve prejudicar vida e o futuro de milhares de estudantes brasileiros porque entre eles estejam alguns poucos elementos extremistas.

Quando digo que não devo ser eu quem tem de discutir a introdução de tais e poucos elementos entre os milhares de legítimos estudantes é porque entendo que esta tarefa de separar o joio do trigo, isto é, separar os extremistas dentre os verdadeiros estudantes, cabe aos órgãos específicos do Governo — que existem para trabalhos dessa natureza — que devem cumprir os seus deveres.

Depois, não sou eu quem tem afirmado que há infiltração extrema aproveitando-se do movimento legítimo dos estudantes. As afirmações são do próprio Governo, através de seus porta-vozes.

Há poucos dias assistia eu a um debate entre os Líderes do MDB e do Governo, no Senado, quando o Senhor Eurico Rezende declarava que alguns poucos elementos extremados se estavam aproveitando do saido movimento reivindicatório dos estudantes brasileiros.

Ora, o Governo deve saber quem são esses elementos extremistas ou comunistas, que estão prejudicando as legítimas reivindicações dos verdadeiros estudantes, e prendê-los, pois, para tanto, conta com órgãos especiais de informação, cuja tarefa principal é exatamente saber quem tem ou não procedimentos compatíveis com nossos princípios de democratas e cristãos.

O que eu tenho notado, e não apenas neste setor estudantil, é que os órgãos de primeiro, segundo e até terceiro escalões ficam muito plantados nos seus Gabinetes com ar condicionado, montados em seus importantes tamancos e não descem até o fulcro dos problemas, deixando-os entregues a subalternos despreparados, muitos dos quais só têm prazer em prejudicar, maltratar e até fazer desaparecer pessoas indefesas, porque já devidamente humilhadas e presas. Falta contacto das autoridades de maior e melhor gabarito e responsabilidade no acompanhamento dos problemas do Estado, quer na área estudantil, como na das garantias e direitos dos cidadãos.

Como tenho declarado, desta alta Tribuna, não creio que muitas misérias que vêm acontecendo com bons estudantes e com pessoas outras, presas ou processadas, sejam do conhecimento do Presidente da República ou mesmo de chefes dos primeiros escalões administrativos.

Creio mesmo que, se o que ocorre nas prisões fosse do conhecimento do Governo, muitos cidadãos brasileiros não estariam prejudicados, uns na sua vida estudantil e outros até fisicamente.

Creio que essa desculpa de que os primeiros escalões administrativos ignoram esses repugnantes procedimentos praticados contra a pessoa humana, contra nosso próximo e contra nossos irmãos, não mais pode continuar. Tudo isto tem envergonhado o Brasil fora de suas fronteiras, a par de haver prejudicado a vida de um sem-número de patrícios nossos.

Tenho como prejudicial ao Brasil e aos brasileiros não apenas o empavonamento de muitos desses chefes que não descem até os problemas, antes do seu agravamento, mas, sobretudo, a falta de prerrogativa do Congresso Nacional, de poder acompanhar, fiscalizar e denunciar tantos desmandos que vêm ocorrendo nos setores de repressão e até em outros do Governo.

Talvez o Secretário de Segurança de São Paulo, bem como o Comandante da Polícia Militar do mesmo Estado, queiram apresentar-se como bons cumpridores dos seus deveres por haverem expulsado elementos da PM por haverem, publicamente, declarado que mataram presos que se encontravam em seu poder.

Isto não justifica o fato nem satisfaz a sociedade. Eles deveriam ter diligenciado para os crimes não acontecerem. Depois de algumas vidas desaparecidas, vil e brutalmente, pouco valem suas providências.

Vou a insistir e a apelar ao Chefe do Governo, no sentido de que determine a seus auxiliares de primeiro escalão a descerem de suas pomposas posições e chegarem até os grandes e múltiplos problemas do povo, antes de seus agravamentos.

Apelo, finalmente, para que o Presidente da República determine tratamento humano e cristão às pessoas e severas e urgentes punições para quantos estejam tratando nossos irmãos brasileiros como animais ferozes.

É bom que se lembre que quando esses maus elementos, viciados em maltratar seus prisioneiros, querem torcer os fatos, o fazem com maestria e por meios que, depois, dificultam muito à Justiça descobrir a inversão dos acontecimentos.

Para mim, senão tudo, quase tudo depende do comportamento e do procedimento dos chefes. Eles é que são os maiores responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Minoru Massuda.

O SR. MINORU MASSUDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais de um representante do povo, tanto da ARENA como do MDB, já denunciou, nesta tribuna, a má aplicação dos incentivos fiscais. Os nordestinos e amazonenses não cessam de reclamar contra a destinação de descontos do imposto de renda para atividades setoriais —

como a pesca, o turismo e o reflorestamento, fora daquelas áreas críticas — enquanto os demais demonstram que, na área da SUDAM, protegem-se, preferentemente, as multinacionais.

Essas empresas possuem terras em tamanho correspondente ao de vários Estados da Federação, destacando-se, nessa disputa, a "Volkswagen" e a "Liquifarma", que obtiveram os quinhões mais férteis da Amazônia e do Cerrado.

Ninguém ignora que oitenta por cento da produção de leite no País provém de pequenos pecuaristas, com menos de cem matrizes e resultado que não ultrapassa os cem litros-dia.

Todo o mundo sabe que mais de noventa por cento da produção de cereais, como o milho, o feijão e o arroz, no País, tomados globalmente, procedem de propriedades com menos de quinhentos hectares.

E não há notícia de que nenhuma delas, com essa área, haja obtido recursos procedentes dos incentivos fiscais, nem na Amazônia, nem no Nordeste.

Donde se conclui que essa política, inaugurada na SUDENE antes da Revolução, depois desta sofreu tamanhas distorções, que o dinheiro do contribuinte do imposto de renda só vem ajudando aos mais ricos, numa concentração econômica que, no caso da lavoura e da pecuária, não atende aos objetivos nacionais, nem atuais, nem permanentes.

Dai por que sugerimos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de examinar o desempenho da política de incentivos fiscais, pelo menos a partir de 1966, quando começaram a se verificar as suas piores distorções.

Era o que tinha a sugerir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (MDB — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Vem-se solidificando, particularmente nos últimos 15 anos, o conceito de que as liberdades democráticas estão fora do alcance e da capacidade do povo brasileiro, inepto para regalias institucionais que coroam algumas das melhores nações deste mundo.

O último pronunciamento nesse sentido veio, através dos jornais, pela palavra do Assessor de Imprensa da Presidência da República, Coronel Toledo Camargo, segundo quem "o povo brasileiro ainda não está preparado sociologicamente para gozar de uma democracia plena" — e mais, "não há país no mundo onde a democracia exista em sua plenitude; ela é utópica e, mesmo no Brasil, tivemos períodos em que existiu aparentemente plena, mas, na sua totalidade, nunca".

As observações do porta-voz do Palácio do Planalto deixam margem a várias conclusões dignas, sem dúvida, de análise mais aprofundada da atual conjuntura política do País.

Elas invalidam, de saída, a missão desenvolvida pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Petrônio Portella, cuja propalada reforma política recebe, assim, um limite bem estreito, aquém dos resultados ansiosamente almejados por toda a Nação brasileira.

Se o nosso povo não está preparado para o exercício da democracia plena, conforme asseverou o Assessor de Imprensa da Presidência da República, evidente fica o fato de que as chamadas "reformas institucionais" prometidas a partir da Missão Petrônio Portella não serão de molde a estabelecer — ou restabelecer — as franquias democráticas que o Brasil merece.

Em segundo lugar, não posso concordar com a alegada incapacidade cívica e política do povo brasileiro, pois já tivemos demonstrações exuberantes de seu patriotismo e de sua politização, sua vontade de participar, seu afã de influir, através do voto e da palavra, do futuro do País.

Foi através do sufrágio direto do povo que surgiram, para a vida pública, homens que balizaram o desenvolvimento e o aprimoramento das nossas instituições; carreiras autênticas, lideranças duradouras e sólidas, só se fazem com muito trabalho, sensi-

bilizando os cidadãos — que sabem, sempre, reconhecer onde estão seus verdadeiros expoentes.

O voto popular consagrou homens como Juscelino Kubitschek, Eurico Gaspar Dutra, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, José Américo de Almeida, tantos e tão destacados estadistas; os eventuais erros de avaliação e escolha se revelaram após problemas de bastidores e insinceridades que conseguiram lograr a boa-fé e o idealismo da alma coletiva.

Grandes prefeitos, magníficos governadores, quantos tivemos a partir do reconhecimento público de suas qualidades!

Até mesmo quando não participa pelo voto, o povo brasileiro se faz presente em massa para ensinar os caminhos — e a Revolução de 1964 é exemplo disso.

Erros, existem em qualquer nação. Até mesmo os Estados Unidos, o líder da democracia em nossos tempos, cometeram o equívoco monumental, o colossal engano de colocar na sua Presidência o Sr. Richard Nixon.

Mas, quando o povo erra — ele mesmo corrige.

Instituiu-se o conceito elítista de que o povo é incompetente e despreparado para eleger seus dirigentes — e temos, nos últimos anos, acompanhado a constrangedora sucessão de mediocridades que, tirados de cartolas várias, foram alçados aos executivos estaduais e de importantíssimas cidades, a partir das próprias capitais.

Quantos dos governadores e prefeitos nomeados permaneceram na alma e na gratidão do povo? Quantas lideranças autênticas e duradouras resultaram da imposição de gênios da tecnocracia e do burocratismo — braços transformados em cérebros?

Sem embargo do profundo respeito pessoal que nutro pelo Coronel Toledo Camargo, digno Assessor de Imprensa da Presidência da República, militar honrado e herdeiro das tradições do nosso Exército — apesar de todas essas considerações, não encontro outra classificação para suas palavras, a não ser "infelizes".

Mesmo que houvesse a deficiência alardeada por S. S. — coisa que admito apenas para efeito de argumentação — o remédio estaria na constância da prática da democracia, pois só se aprende a votar votando, só se sabe escolher quando se cria o hábito de exercer tal direito.

O exemplo da Venezuela, país vizinho ao Brasil, igualmente subdesenvolvido; a pequena Colômbia, que também faz sobreviver suas instituições de liberdade. São nações que permitem a seu povo participar do processo decisório, na consciência de que ele é o detentor primeiro do poder e da verdade.

Não é certo que se queira justificar a permanência da excepcionalidade em que vivemos há mais de 13 anos, com a argumentação de que a população brasileira está sociologicamente abaixo das condições para o exercício da democracia.

Também não posso admitir a afirmação de que "nenhum país do mundo experimenta um regime totalmente democrático", pois temos diariamente exemplos gritantes de países com elevado índice de democracia — e cito Estados Unidos, Japão, Suíça, França, Alemanha, para não falar em Portugal e Espanha, que romperam os grilhões fascistas — esses exemplos provam que o povo é, efetivamente, a fonte do Poder — e o Estado o mero executor das aspirações populares.

Querer um sistema sem falhas, isento de erros, é alegar a falsidade da falibilidade humana — pois o homem precisa aprender com seus próprios erros, porque só levanta quem aprende a cair.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quero antecipar-me ao evento, que ocorrerá no próximo dia 20 de janeiro, para registrar o aniversário do jornal *O Crisólito*, o mais antigo periódico evangélico que no Brasil circula ininterruptamente.

Criado para ser um órgão informativo e doutrinário, mais tarde tornou-se o noticioso oficial das Igrejas Evangélicas Congregacio-

nais no Brasil, cumprindo, desta forma e com toda eficiência, a missão a que foi destinado.

Hoje, circulando em todo o território nacional, com uma apresentação gráfica moderna, com páginas movimentadas e variedade de assuntos, *O Cristão*, dirigido pelo Rev. Henrique de Oliveira Simeões, é leitura obrigatória de todos os congregacionais brasileiros.

A imprensa evangélica, como toda aquela feita à base do idealismo e do entusiasmo, sofre toda sorte de dificuldades, sobretudo para manter-se, ante os custos, cada vez maiores, da indústria tipográfica e o preço do papel. *O Cristão*, dentro de sua periodicidade, é o veículo de integração da comunidade congregacional, levando notícias, inspirando os mesmos sentimentos denominacionais, convocando o povo para um serviço mais atuante na obra do Evangelho.

As Igrejas Evangélicas Congregacionais experimentam um novo surto de desenvolvimento.

Nova visão missionária domina as comunidades locais. Há maior atenção ao chamamento para o trabalho comum. Os Ministros e Pastores marcham dentro de um mesmo ideal, sem se isolarem, como antes.

Este testemunho nós o damos com a maior alegria, pois estamos identificados com o congregacionalismo brasileiro, desde criança, constituindo estes laços uma forte herança espiritual que tenho recebido desde meus bisavós.

E vejo em *O Cristão* um dos elementos motivadores desta nova fase dos congregacionais, pois o jornal interpreta os mais vivos sentimentos de toda comunidade, aproximando pólos distantes e revestindo o trabalho de verdadeira mistica denominacional, antes não cultivada, como deveria ter sido feito.

Quero manifestar à direção do órgão oficial da União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, *O Cristão*, minha mais sincera apreciação por este jornal, fundado no século passado, e ainda com o vigor próprio dos que cumprem sua missão, sem dela se apartarem.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por sugestão do operoso Deputado Amadeu Chacar, instalou uma "Comissão Especial de Defesa do Rio Paraíba", que merecidamente preside, e tendo como Relator o Deputado Márcio Macedo e Vice-Presidente o Deputado Odair Gama.

Em um simples panfleto que anuncia a benéfica medida, leio a singela justificação de seu autor: "É necessário tomar urgentes providências para fazer cessar o sofrimento humano causado pela poluição dos rios e lagos. O majestoso Rio Paraíba, cantado em prosa e verso, está morrendo em consequência da poluição de suas águas. São resíduos químicos, dejectos *in natura* de dezenas de cidades, que são lançados em seu leito, eliminando a flora e a fauna. Indústrias altamente poluidoras fazem seus vazamentos no Rio Paraíba. Recentes levantamentos técnico-científicos dão conta de que o Paraíba é um dos rios mais poluídos do País."

Na realidade, poucos rios brasileiros têm sofrido tanto a ação predatória do homem, vitimado pelo surto industrial desordenado e pela imprevisão dos governantes diante do crescimento incontrolado das suas populações ribeirinhas.

O Paraíba tem suportado todos os ônus da tecnologia poluidora da nossa época, sem que a técnica da antipolução tenha a ele sido aplicada. E o homem que polui o rio é a sua maior vítima.

Os prognósticos dos estudiosos são sombrios para as populações que margeiam o Rio Paraíba, dele dependentes.

Felizmente, porém, ainda que tarde, vozes prudentes estão alertando o Governo para os riscos preventivos e futuros da inacreditável poluição do Rio Paraíba. E dentre estas, a dos representantes do povo, especialmente aqueles ligados a sua bacia. Tive oportunidade de várias vezes ocupar esta tribuna para enfocar o problema, e especifi-

camente o resultante do despejo do "vinhático", resultante da atividade agroindustrial açucareira de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.

Agora, o Deputado Amadeu Chacar, lídimo representante do povo campista, propõe no âmbito legislativo uma medida prática, extra e suprapartidária, a de constituir uma comissão especial para a defesa do Rio Paraíba, com prazo certo de 180 dias para apresentar os resultados do estudo.

Mais do que isto, o ilustre representante fluminense apela para que as Assembléias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais adotem idêntico procedimento, após o que, numa conjugação de esforços, superados os obstáculos de resguardo da autonomia das Unidades Federadas, salvem o Rio Paraíba da morte pela poluição.

É a hora da União, dentro da competência constitucional que tem, tomar também as medidas urgentes e cabíveis, e assim teremos a recuperação do Rio Paraíba.

Nesta luta, nos colocamos ao lado do Deputado Amadeu Chacar, convocando a todos para esta verdadeira cruzada salvadora do Paraíba, que é vida para a terra fluminense.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

29 de novembro de 1977.

Excelentíssimo Senhor
Senador Petrônio Portella
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição de nºs 17 e 18, de 1977, que "alteram o item II e os §§ 1º e 2º do art. 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre proventos da inatividade", solicito a Vossa Excelência propostação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este órgão para apresentação de seu parecer, a partir do dia 1º de dezembro do corrente ano.

Outrossim, esclareço, que tal pedido se justifica pela importância da matéria objeto de estudo e que está a exigir do Excelentíssimo Senhor Relator, Senador Italívio Coelho, um prazo mais dilatado para elaboração do seu parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Deputado José Costa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 23, de 1977-CN, que autoriza a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 189, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre o Imposto de Exportação, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.
Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo pelas duas Casas do Congresso e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 255^a SESSÃO CONJUNTA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1977

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 20 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Acílio Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marçiló — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Mauricio Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Munhoz — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raymundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djaima Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildércio Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanio — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rego —

ARENA: Rómulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcides Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Mauricio — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Acílio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Biota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egrela — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Cecatto — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Côdo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturalli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernand Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kfouri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhof — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 58 Srs. Senadores e 350 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nósßer Almeida.

O SR. NÓSSER ALMEIDA (ARENA — AC) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o papel da SUCAM na Amazônia é de excepcional importância, como organismo que se dedica a uma tarefa das mais árduas, buscando condições mínimas de bem-estar para as populações daquela área do País.

Dentro deste espírito de ação constante, acaba de ser criada a Divisão Administrativa da Diretoria Regional do Acre, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul e jurisdição sobre os municípios de Basiléia, Feijó, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.

A SUCAM pode agora intensificar as suas atividades em todo o Estado do Acre, já que não lhe faltam os instrumentos de apoio que lhe têm sido assegurados pelos abnegado Ministro da Saúde, Sr. Almeida Machado.

Um dos alvos principais da SUCAM no Acre é a malária, que ainda pode ser definida como um dos fantasmas mais ameaçadores de que temos notícia. E esta é a ocasião própria para que solicitemos a colaboração do povo, de modo a que o processo de borrisfação em massa contra essa epidemia não seja interrompido ou prejudicado.

Moléstia secular, que tem causado danos graves a vários povos do mundo, a sua erradicação se impõe como imperativo patriótico, já que, diante dos riscos que a malária oferece, a Nação poderá perder-se a si mesma.

A ação do Sr. Almeida Machado à frente do Ministério da Saúde é do homem público comprensivo e lúcido, que prefere o trabalho sacrificado e constante ao ócio dos gabinetes refrigerados.

Sem dúvida, o Ministro Almeida Machado manterá o nível de seu comportamento oficial, reconhecendo plena proceder.cia a seguidas declarações de S. Ex^e quando recorre aos meios de que dispõe a fim de atacar males que vêm golpeando o presente e o futuro dessas populações laboriosas.

Quero destacar, afinal, os esforços despendidos pela SUCAM, e pelo muito que ainda fará pelo Acre. De sua parte, o operoso Governador Geraldo Gurgel de Mesquita dá todo o apoio à missão social posta em execução pela SUCAM.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dentro de aproximadamente dois anos, ou até antes, teremos, em uma cidade estratégica do Amazonas — a de Eirunepé — um bom campo de pouso.

De Manaus a Eirunepé, em viagem de barco, no tempo da seca, gasta-se quase um mês, dada a sinuosidade do rio Juruá.

O Governo, através do COMARA, está executando lá um importante trabalho: a construção de um aeroporto capaz de receber inclusive "Boeings". É, em verdade, Sr. Presidente, uma obra necessária, considerando-se a distância de Eirunepé a Manaus ou a qualquer outro centro adiantado do Brasil. Mas há outros pontos do Amazonas que carecem de uma providência urgente para a construção de campos de pouso, porque, depois que acabaram com os "Catalina", não há outro meio de se chegar ao interior amazonense a não ser por avião convencional. E não há campo de pouso sequer para receber os chamados teco-tecos — aqueles aviões monomotores com capacidade para dois ou três passageiros, no máximo. É o que se verifica, por exemplo, na cidade de Fonte Boa. Dotá-la de um campo de pouso torna-se fundamental, porque está exatamente a meia distância entre Manaus e Benjamim Constant, na fronteira com a Colômbia. Fonte Boa surge, assim, como um ponto de apoio para os aviões que saem de Manaus em direção a Tabatinga ou a Leticia, na fronteira colombiana. E, no entanto, na cidade de Fonte Boa não há campo de pouso. Talvez um avião monomotor, com certo risco, pudesse poupar numa clareira que lá existe.

Sr. Presidente, pelos informes que tenho, dentro de um ano estará pronto o campo de pouso de Eirunepé. Eu desejaría que o próximo a ser construído na Amazônia fosse em Fonte Boa, porque, além de atender às necessidades de meios de transportes para aquela área — há ali várias cidades, como Foz do Jutai, Santo Antônio do Içá,

São Paulo de Olivença —, seria um ponto de apoio importante para as rotas aéreas. Um avião que sai de Manaus em direção a Tabatinga e Leticia gasta cerca de 3 horas de vôo e nada mais justo do que um ponto de apoio no meio desse percurso, exatamente onde fica situada Fonte Boa.

Desejo deixar aqui o meu apelo ao Governo, ao Ministério da Aeronáutica, especificamente ao COMARA, para que, tão logo esteja terminado o aeroporto de Eirunepé, iniciem a construção do aeroporto de Fonte Boa, no Amazonas. O Governo, através dos órgãos especializados, elaborou um plano de construção de aeroportos ao qual faço restrições, porque se trata de aeroportos completos, para "Boeing", com estações de passageiros etc., atualmente orçados em mais de 30 milhões de cruzeiros. A propósito, mantive entendimento com autoridades do Ministério da Aeronáutica e com oficiais do COMARA, solicitando que construam aeroportos menores, porque, embora louvável o plano deles, com o dinheiro destinado a um, se construiria no mínimo dois aeroportos, com capacidade de receber aviões menores, em cidades estratégicas. Com isso, estaríamos fazendo realmente a integração da Amazônia.

É este o apelo que ora faço ao Governo: tão logo conclua o aeroporto da cidade de Eirunepé, que está em fase final de construção, inicie as obras do aeroporto da cidade de Fonte Boa.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Afonso Martinelli, um dos mais destacados líderes do funcionalismo civil do Estado do Rio de Janeiro, atual Presidente da Comissão designada pela Representação da Federação dos Servidores Públicos do Estado para os assuntos pertinentes aos Servidores dos Órgãos Transferidos, situações resultantes da transferência dos servidores para Brasília e da criação do então Estado da Guanabara, em ofício que me foi dirigido pede a atenção dos poderes públicos para a matéria, mediante pronunciamento dos integrantes do Poder Legislativo.

Cumprindo o meu dever de parlamentar, especialmente de representante da classe dos servidores públicos, a qual me honro de pertencer, a cujo serviço tenho posto o meu mandato, leio desta tribuna, para conhecimento do Congresso e da Nação, a solicitação que faz, na certeza de que a insistência com que abordamos o assunto há de tocar a sensibilidade dos responsáveis pela política de pessoal do País.

Eis o ofício:

OF. N. S/N.

RJ — Em, 21 de novembro de 1977.

Do Presidente da Comissão designada pela Representação — Federação para os Assuntos Pertinentes aos Servidores dos Órgãos Transferidos.

Ao Ex^e Sr. Dr. Erasmo Martins Pedro.

DD. — Deputado Federal — MDB. —

Câmara dos Deputados.

Excelência:

"Tenho a honra de me endereçar mais uma vez a V. Ex^e e na condição de Presidente da Comissão designada pelos Srs. Representantes de Entidades de Servidores do Estado — RJ, em sua Reunião Plenária desta Entidade, para os assuntos pertinentes aos Servidores Civis de investidura Federal e Transferidos ao então Estado da Guanabara, em face das Leis nºs 3.752/60, 3.754/60 e enquadrados nos termos da Lei Federal, 3.780/, de junho de 1960, que cuidou do Plano de Classificação de Cargos dos Servidores Públicos da União; pelo que vulho-me da oportunidade para Congratular-me com V. Ex^e pelo Voto-Relator no processo s/n 77, do Ex^e Sr. Deputado Alceu Collares, referindo-se ao Funcionalismo Público Civil em relação ao Plano de Classificação de Cargos, Decreto nº 1.445/76.

E, esses Servidores, na condição de não optantes pelo Sistema de Pessoal do novo Estado — GB, e aposentados por isto do Exmº Sr. Governador do Estado no interregno das Leis de nºs. 3.752/60, 3.780/60, e 5.733/67 e Decreto-lei nº 1.015/69, não obtiveram melhores condições de reavaliação de seus proventos pela Sistemática do Novo Plano de Classificação de Cargos da União, Decreto nº 1.445/76, e sem melhores expectativas quanto ao Novo Plano de Cargos Estadual, aguardado pelo Funcionalismo Estadual.

Tiveram assim esses Servidores avalizados os seus proventos no valor correspondente a Ref. Salarial nº 2, enquanto os que se aposentaram antes da criação do novo Estado, percebendo seus Proventos pela mesma fonte pagadora MF. Sec. Inativos e Pensionistas, como integrantes das mesmas condições funcionais daqueles Servidores, têm os seus proventos, reavalizados pela Ref. Salarial 26, como inicial da Classe da Carreira a que pertenciam ao se aposentarem e assim Transformadas, tudo conforme os divulgados pela imprensa e constante dos requeridos pelas Entidades de Classe formalizando pela correção das distorções indicadas, pelo que protestam esses Servidores Aposentados, com base no Parecer L-070/75 e finalmente o de nº 155/77 — da Consultoria-Geral da República, aprovados pelo Exmº Sr. Presidente da República — General Ernesto Geisel, na expectativa de providências menos alongadas, *data venuia de V. Exº*.

Em outra oportunidade V. Exº se referiu à Classe de Servidores Públicos Aposentados, para situar os amparados por Legislação Específica, como ocorre com a Classe de Policial Civil Federal, ante os dispositivos da Lei nº 4.878/65 e Dec. 59.310/66, em que procuraram acatelar os Direitos desses Servidores ao passarem para Inatividade, *data venuia de V. Exº*, com a indicação de modificações no Sistema de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, ao que nos parece, vem de ocorrer, como medida de ordem geral e com a implantação do atual Plano de Classificação de Cargos, Decreto nº 1.445/76, pelo que esperançam por medidas corretivas as distorções indicadas nos expedientes formalizados pelas Entidades Representativas da Classe e encaminhadas às Autoridades competentes. Em particular formulam a V. Exº o seu apelo junto àquelas Autoridades DPF, DASP.

Não menos oportuna vem de ser a iniciativa do Exmº Sr. Deputado Alceu Collares, ao se reportar às condições dos Aposentados após a implantação do atual Plano de Classificação, situando as Classes que mencionam e finalmente se endereça às condições do Decreto-lei nº 1.256/73, art. 10, e dos Pareceres da Consultoria-Geral da República, que mereceram o "Aprovo" do Exmº Sr. Presidente da República, com visão na revisão dos Proventos em termos de Paridade aos dos Vencimentos da Atividade, na correspondência da Classe ou Carreira a que pertenciam ao se transportarem para Aposentadoria, com repouso na Legislação específica e a que vigia ao tempo do ato concessório, para lembrar também a de nº 2.622/55 e não revogadas.

Finalizando, na expectativa do pronunciamento de V. Exº em favor dos Servidores integrantes dos Órgãos Transferidos e Aposentados nas condições indicadas, e também quanto aos amparados pelo Sistema Policial Civil Federal — Lei nº 4.878/65, e pela extensão dos benefícios da Pensão Especial Policial Federal, aos beneficiários afins do Servidor Policial Aposentado que vier a ser sacrificado quanto na repressão de um ato delituoso, na defesa da Ordem e da Segurança Pública, no justo instante em que se procura reformular o Estatuto Policial, peço venuia para subscrever respeitosamente e ao inteiro dispor. — *Afonso Martinelli Presidente da Comissão.*

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se o valor do poder diplomático depende da qualidade de sua estrutura e bem especialmente do pessoal que o compõe, não temos no Brasil do que nos queixar. Desde a figura singular do eminente Chanceler Azeredo da Silveira, até a do mais novo funcionário do Itamarati, verifica-se, na verdade, que a Casa de Rio Branco se desincumbe de sua alta missão através de magnífico quadro de valores humanos que nada fica a dever ao brilho e ao nome dos seus antecessores.

Isto que ora afirmo, Sr. Presidente, decorre do conhecimento próprio, do contato permanente que tenho mantido com os Departamentos e com a própria Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores, em virtude de funções e de missões de natureza internacional que tenho desempenhado tais como a Presidência do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano e a Presidência do Grupo de Amizade Franco-Brasileira, que exerce, para honra minha, em nome do Parlamento brasileiro. Sei que essa comunicação poderia perfeitamente ser dispensada, por quanto nada acrescenta ao merecido prestígio e justo conceito de que é titular o Embaixador Vasco Mariz. Mas, Sr. Presidente, ele acaba de deixar a representação do Ministério das Relações Exteriores no Congresso Nacional para assumir a Embaixada do Brasil em Israel. Por isso, desejo não fique sem registro sua passagem entre nós.

Pode meu gesto — como disse — pouco ou nada significar ou traduzir e até mesmo infringir normas do protocolo. Entretanto, penso que o reconhecimento e a gratidão não se devem afastar da vida dos homens. Tanto quanto possamos demonstrar esse sentimento, que o demonstremos. O Embaixador atuou aqui com discrição e sempre atento às questões de sua área, procurando encaminhar os assuntos com a propriedade e o tratamento devidos. Assim, não podemos deixar de dizer, nesta sessão do Congresso Nacional — por sinal presidida por V. Exº, que, com tanta sabedoria e sentimento, elevou e honrou também a diplomacia brasileira — que sentimos a saída de S. Exº. Certa vez, Sr. Presidente, compareci a uma conferência na Escola Superior de Guerra, salvo engano, feita pelo Embaixador Meira Penna. Ele dizia que a atividade diplomática se manifesta sob três aspectos: a representação, a informação e a negociação. Pois eu penso que o Sr. Embaixador Vasco Mariz gravou no Congresso Nacional essas três faces do bom diplomata. Ele sempre soube representar, sempre soube informar e — porque não dizer — também soube negociar. Assim, deixou o convívio parlamentar o nosso Embaixador, discretamente, com humildade, quase sem ninguém saber. Mas creio que lhe devemos oferecer uma palavra agradecida, o que faço agora, extensiva ao nosso preclaro Chanceler Azeredo da Silveira, que, como grande diplomata que é, praticou o engenho de retirar para Israel o Embaixador Vasco Mariz, mas, ao mesmo tempo, o substituiu pelo jovem Conselheiro Ernesto Carvalho, a mais viva inteligência, bem dotada por excelente cultura, finíssima educação e generosa vontade de servir. Nesta Casa, S. Exº terá campo bem amplo para semear sua virtude, prosseguindo a trajetória que entre nós deixou S. Exº, o Sr. Embaixador Vasco Mariz.

E o que lhe desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antiga reivindicação do povo de Teresópolis e municípios vizinhos é a duplicação da estrada da serra de Teresópolis, a partir da localidade Parada Modelo, no Município de Magé.

Sr. Presidente, inúmeros estudos e várias opções já foram consideradas. Agora há uma conclusão sobre qual deve ser o novo trajeto para a serra de Teresópolis, com o objetivo de implantar duas mãos.

No entanto, Sr. Presidente, há necessidade de ser colocada em prioridade a construção daquela rodovia, porque nos fins de semana já não há mais margem para a circulação normal de carros. O número de veículos que ali trafegam representa sérios perigos nas ultrapassagens.

Durante a semana também aumentou muito a presença de caminhões em demanda de Minas Gerais e ao Nordeste do País, porque por Teresópolis é muito rápida a viagem para a Zona da Mata.

Sr. Presidente, voltamos a dirigir apelo ao DER no sentido de que apresse a construção de uma nova subida para a serra de Teresópolis.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Tem a palavra o Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Designado, recentemente, para importante posto, a Embaixada do Brasil em Israel, um dos mais cobiçados, não apenas por se tratar de uma das nações mais cultas do mundo, senão porque representa uma verdadeira confluência entre o Oriente e o Ocidente da nossa civilização, o Embaixador Vasco Mariz conquista, assim, uma verdadeira lareira pelos excelentes serviços prestados ao Itamaraty.

Servindo como chefe da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério das Relações Exteriores, durante quatro anos, ninguém mais dedicado, incansável, prestativo, nas relações mantidas com o Congresso.

A rigor, não há parlamentar que não lhe deva finezas e delicadezas e não tenha estabelecido com ele relações de estreita amizade, norteadas por uma profunda admiração.

Nascido no Rio de Janeiro, a 22 de janeiro de 1921, bacharelou-se Vasco Mariz em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil e diplomou-se pelo Instituto Rio Branco, no Curso de História Diplomática. Membro correspondente do Instituto de Coimbra; Professor Extraordinário dos Cursos Livres de Português e Estudos Brasileiros em Roma; membro correspondente do Instituto Interamericano de Musicologia; com um curso sobre Assuntos de Energia Nuclear, em 1968, sua carreira diplomática começou em 1945, como Cônsul de Terceira Classe, por concurso.

No ano seguinte, ficava à disposição da Missão Especial da Suíça às Solenidades da Posse do Presidente da República e, no mesmo ano, à disposição da Missão Cultural do Uruguai. Responsável pelo expediente da Divisão Cultural, em 1947, assessorou o Secretário da Conferência Internacional de 1947, no Rio de Janeiro, foi Vice-Cônsul no Porto até 1949; Terceiro Secretário da Legação em Belgrado, até 1951; Vice-Cônsul em Rosário, até 1952, cujo Consulado assumiu, até 1954; Delegado do Brasil em vários Congressos Internacionais, inclusive membro do Júri do Festival Internacional de Música Contemporânea, realizado em Pittsburgh, em 1952, participou da ONU, da UNCTAD, do GATT, da OEA e, em 1973, era removido para Brasília, a fim de chefiar a Secretaria de Assuntos Legislativos do Itamaraty.

Agora, designado para Tel Aviv, como Embaixador de Israel, ali representará tanto os nossos interesses comerciais e diplomáticos, como, principalmente a cultura brasileira, numa das nações mais cultas do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Reiteramos apelo ao Sr. Presidente da República para que determine providências objetivando a realização da reclassificação de cargos do funcionalismo dos Territórios.

Durante o ano de 1977 vários pronunciamentos se fizeram ouvir no Congresso defendendo a reclassificação de cargos para o funcionalismo dos Territórios, atualmente marginalizados dos benefícios da lei que manda proceder à reclassificação em âmbito Federal.

A representação dos Territórios no Congresso tem-se preocupado com o grave problema da marginalização do funcionalismo dos Territórios do Plano de Reclasseificação.

Não se comprehende porque esses funcionários ficaram fora do Plano de Reclasseificação, que começou a ser implantado em 1974 e até hoje não chegou nos Territórios.

O funcionalismo dos Territórios está ganhando mal, e muito mal, e nunca é objeto da reclasseificação ou da melhoria do padrão de vencimentos.

O nosso funcionalismo já está cansado de promessas dos Governos dos Territórios.

Prometeu-se realizar essa reclasseificação em 1975, mas ela não veio. Prometeu-se para 1976, e esse ano passou em promessas e agora vemos findar 1977 e permanecem as promessas, meras promessas. Até quando o funcionalismo dos Territórios vai viver de promessas? Alega-se que tem que ser feita uma lei especial para amparar o funcionalismo dos Territórios, e o Governo que tudo pode não providencia o envio dessa mensagem com o projeto de lei beneficiando o funcionalismo.

Os Governos dos Territórios estão prometendo a solução do problema cada vez que andam por Brasília; de regresso ao Território, tratam do assunto, protelando a sua solução para data incerta.

A culpa da situação de desespero do funcionalismo dos Territórios é exclusivamente dos Governos respectivos, com seus serviços de pessoal totalmente despreparados, aliados ao Ministério do Interior, e, por último, ainda, o problema preso à decisão do DASP.

Quando o Governador de Rondônia fala no problema procura sempre fazer sua autodefesa, querendo dizer que não cabe culpa ao Governo do Território para esse atraso ou essa marginalização do funcionalismo no plano de reclasseificação.

O Guaporé, edição de 29-9-77, reproduz entrevista do Governador tratando do problema e alega que o projeto de lei amparando o pessoal foi enviado ao Congresso, o que não ocorreu. A informação dada não é procedente. Advoga-se a feitura de uma nova lei para incluir o pessoal dos Territórios no Plano de Reclasseificação, mas o Governo, que tudo pode, ainda não providenciou essa lei. E o Governador de Rondônia, a louvar-se nas informações de "O Guaporé", anuncia que o Projeto de Lei já se encontra no Congresso. Não é verdade, não chegou à Câmara nenhuma mensagem tratando do problema do funcionalismo dos territórios; todos nós estamos ansiosos por esta mensagem, mas ela não surge. É oportuno relembrar as promessas do Governador não cumpridas, feitas através do aludido jornal, *verbis*:

"A respeito da Classificação de Cargos, enfatiza o Sr. Humberto Guedes — a Lei, já remetida ao Congresso, permitirá o desencadeamento do processo de reclasseificação. Simultaneamente, o Governo do Território está elaborando, através de dois técnicos contratados, a Reforma Administrativa e os Quadros de Lotação, documentos fundamentais para a implantação do Plano de Classificação."

Sobre esse assunto — declara o Governador — muito se tem falado, algumas vezes de forma distorcida. O Governo do Território, que vem acompanhando a solução do problema e participando ativamente dos trabalhos, tem alertado sobre as dificuldades do processo. Em outras ocasiões, já afirmei que a implantação do Plano é demorada. No caso do Território, custou o DASP a decidir a encontrar a fórmula ideal. Inicialmente, pretendeu-se aplicar aos Territórios a Lei nº 5.645/70, que fixou diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União; verificou-se depois que seria melhor propor uma lei específica para os Territórios.

Por outro lado — prossegue — enquanto se discutiu, tentou o Governo do Território a aprovação de uma Tabela Salarial provisória, visando a minorar as dificuldades do funcionalismo; no entanto, não logramos sucesso, a despeito do grande esforço despendido. O que interessa, agora, é que o Projeto de Lei já se encontra no Congresso; a partir da apro-

vação terá início o processo de classificação, que terá que cumprir as seguintes etapas:

- implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-lei nº 200, de 25-2-67;
- estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura;
- elaboração das Tabelas salariais e cálculos de despesa.

Cada passo deverá ser aprovado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Como se vê — acentua o Chefe do Executivo — é confirmado o que temos sempre dito, o processo é complicado e demorado. Mas o Governo está atento ao problema e jamais se descurou de sua solução."

Quando será resolvido o problema da reclassificação do pessoal dos Territórios? O funcionalismo dos Territórios passará mais um Natal sem muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, subscrito pelo Dr. Cyro Ferreira Emerenciano, Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco, recebemos ofício nos seguintes termos:

"A Classe Odontológica de Pernambuco, perplexa diante do Projeto Lei nº 3.949, de autoria do Deputado Alair Chagas, em tramitação nesse Congresso, espera contar com o repúdio de V. Ex^a a tão estapafúrdia proposta, que busca, sobretudo, o aviltamento da profissão de Cirurgião-Dentista, de conceito formado na sociedade mundial como de formação cultural superior.

Conhecedores que somos do alto grau de informação de V. Ex^a, sabemos não lhe serem estranhos os malefícios que poderão advir da legalização dos "curandeiros", pondo em risco não somente a saúde da população como contribuindo para o desmoronamento das instituições de ensino odontológico, aviltadas que seriam diante de tão mal nascido e inconsequente projeto de lei.

Assim, contamos com sua tomada de posição contra essa "legislação de favor", que visa a denegrir a imagem da Odontologia, definida com denodo e sacrifício por 45.500 Cirurgiões-Dentistas brasileiros."

O Projeto de lei em referência, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, visa a permitir o aproveitamento de dentistas práticos nos sistemas públicos formais de saúde, autorizando exerçam os mesmos o que chama de uma odontologia simplificada.

Representando a medida, como bem salienta o Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco, o aviltamento da profissão de cirurgião-dentista, de nível superior, não pode receber a aprovação do Congresso Nacional.

Dai, Sr. Presidente, a solidariedade que manifestamos nesta hora aos cirurgiões-dentistas de todo o Brasil, esperando que a proposta venha a ser rejeitada.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se esta Casa é menos frequente, comum tem sido, nas Assembléias estaduais, principalmente em São Paulo, a crítica feita por alguns representantes arenistas à atuação do MDB, que outra coisa não tem feito, principalmente no plano nacional, do que lutar pela redemocratização do País, cumprindo, ademais, o seu dever institucional de fiscalizar os atos do Governo.

A última exploração cavilosa de um representante arenista na Assembléia bandeirante ocorreu quando, em fins de outubro último, o Deputado Wadih Helu procurou intrigar a opinião pública, afirmando que o Senador Orestes Quérzia fora impedido de falar numa reunião emedebista no cenário estadual.

Nada disso ocorre. Apenas estabeleceu-se orientação no sentido de que falasse, naquela noite, os líderes do Senado, da Câmara e da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Ninguém, em São Paulo ou em Brasília, contesta a liderança daquele representante paulista, que obteve num pleito mais de cinco milhões de votos e, por isso mesmo, apresenta as mais amplas credenciais, no regime representativo, para falar em nome do povo.

Deve aquele representante estadual compenetrar-se de que, em nosso Partido, ninguém tem a liberdade de falar cerceada, nem se exerce a autocensura, de acordo com as intenções dos donos do Partido.

S. Ex^a poderia atentar para o desempenho do seu Partido e do seu Governo.

Verificaria, desde logo, que se o combate à inflação é preocupação prioritária dos que dirigem os destinos do País, estão queimando os últimos cartuchos, sem que obtenham alcançar o objetivo da contenção do custo de vida a níveis suportáveis.

E quem mais sofre com isso, além do povo em geral, no campo administrativo, são as Prefeituras, com Orçamentos defasados, além da injustiça geral de participar em apenas dois por cento da renda tributária nacional.

Não têm as comunas como enfrentar o problema. Se a União pode emitir moeda; e se os Estados contam com trinta por cento da arrecadação fiscal no País; às Prefeituras, hoje, em grande maioria, devedoras do INPS, ronda a ameaça da falência, da total insolabilidade.

E a culpa não é delas, mas de uma injusta discriminação tributária e de uma inflação que corrói todos os orçamentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o nobre Deputado Athié Coury.

O SR. ATHIÉ COURY (MDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a ASASETESP — Associação dos Empregados Aposentados Sindicalizados de Empresas Telefônicas do Estado de São Paulo, no dia 17 deste mês completará seis prodíguos anos de existência a serviço dos associados.

Foram seis anos de lutas, Sr. Presidente, da implantação ao apoio, em que os dirigentes empregaram esforços inauditos na fixação do conceito de que hoje desfruta aquela Associação.

Como deram asas à ASASETESP, ela haverá de sempre voar alto, na consecução de benefícios para quantos integram seus quadros.

Mantém ela uma revista trimestral, cuja presidência foi muito bem confiada a Antônio Solitto; a redação, a Rubens Franco do Amaral; a Assistência de Relações Públicas e Culturais, a Braz Florenzano Netto.

O nº 16 da revista já acendeu à Associação suas seis velinhas, e está convidando os associados e suas dignas famílias para a comemoração do evento, de forma tão carinhosa que chega a sugerir a participação dos simpatizantes de grupo tão seletos, entre os quais nos orgulhamos de estar incluídos.

O sexto aniversário da Associação será condignamente festejado às 19:00 horas do dia 17 de novembro, na sede do Sindicato da classe, na rua Bento Freitas 64, na Capital bandeirante.

Será mais uma feliz oportunidade de reencontro dos velhos companheiros, seguidos de seus familiares, em momentos de convívio amigo, em que terão ensejo de recordar os embates de que participaram no passado, pela melhoria da classe, e as vitórias alcançadas.

Reviverão, por certo, gostosos instantes de saudade.

A ASASETESP, Sr. Presidente, reinstalou recentemente sua biblioteca na Avenida Gásper Libero 134, 5º — salas 519/524, onde,

se permanece sempre com proveito, dado o acervo bibliográfico dos mais seletos. Os eminentes colegas estão convidados a se beneficiarem dos milhares de livros que a compõem e a enriqueceram com doações de obras, o que antecipadamente agradecemos em nome de sua diligente diretoria.

Servimo-nos do ensejo para lembrar aos associados da ASASETESP que a 31 de dezembro do corrente ano finda o mandato de seu atual Conselho Deliberativo e da Diretoria.

As eleições para os cargos do Conselho Deliberativo e Presidente, para o triênio 1978/1980, serão levadas a efeito nos dias 13 e 14 de dezembro, respectivamente. Mas as chapas precisam ser apresentadas à Secretaria — consuante determinações estatutárias — até o dia 25 do mês em curso.

Estimamos, pois, aos votantes, que acertem novamente na escolha dos candidatos que irão eleger, da mesma forma como fizeram quando elegeram o Presidente e os Conselheiros presentemente em exercício.

Parabenizando a ASASETESP pela passagem de seu sexto aniversário, num prolongado e afeituoso abraço, abraçamos todos os associados com seus caros familiares, desejando que prossigam, de vento em popa, a cumprir as programações traçadas, sempre unidos, e sempre fraternizados no esforço comum pelos saudos ideais da classe.

Era o que trazímos, Sr. Presidente, para inscrever nos Anais do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON (ARENA — PE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez denunciamos, desta tribuna, a ação nefasta dos tecnoburocratas, cuja característica principal é o exercício indireto da autoridade sem o ônus direto da responsabilidade. Identifica-se também essa nova classe pela sua tremenda maleabilidade, diante dos chefes. Se não conseguem impor suas idéias ou são surpreendidos em flagrante de aconselhamento inconveniente, logo se amoldam e se deixam subjugar pela conveniência superior: "O chefe sempre tem razão."

Diferente é o comportamento do verdadeiro técnico: se chamando a opinar publicamente, não se esquia da responsabilidade e informa pela sé do seu grau, amigo da verdade, sem subserviência aos poderosos, recusando-se a compactuar com o erro ou com as famosas "restrições mentais" que escondem o essencial para exibir o acidental.

Quando foi instituída a SUDENE, com sede em Recife, convocou uma equipe de verdadeiros técnicos e nenhum tecnoburocrata. Com o correr do tempo, o achatamento salarial e os convites mais tentadores da iniciativa privada ou dos governos estaduais da região, começou o esvaziamento daquela Superintendência, do que tinha de melhor em pessoal.

Alguns ficaram, hereticamente. Dentre eles, o economista Paulo de Tarso, que há quatorze anos vem dando o máximo da sua capacidade de trabalho, do seu conhecimento dos problemas regionais, do seu devotamento ao trabalho, do seu reconhecido desprendimento à causa do desenvolvimento do Nordeste. Resistiu a todas as solicitações e permaneceu na SUDENE, onde, até bem pouco, chefiava a Divisão de Coordenação de Incentivos Fiscais.

Inesperadamente foi demitido. Assinado o ato pelo Sr. José Lins de Albuquerque, ninguém duvida de que aquele engenheiro, Superintendente do órgão, jamais dispensaria, ao seu livre arbítrio, o competente coordenador. Foi uma ordem do alto. Partiu de Brasília a ordem da degola.

Recentemente, Paulo de Tarso suscitou uma polêmica nos jornais do Sul do País, quando a Receita Federal informou, cavigiosamente, que "cerca de 125 mil empresas deixaram de optar este ano pelo sistema de Incentivos Fiscais dos Fundos de Investimentos, provocando uma redução de cinco bilhões de cruzeiros na expectativa da arrecadação, preferindo o Nordeste em dois bilhões de cruzeiros".

No Ministério do Interior acusava-se aquele economista de ter deixado escapar o informe sigiloso, prejudicial à SUDENE.

Ora, nem pode haver sigilo contra os interesses nacionais ou regionais, nem os nordestinos ignoram que o órgão desenvolvimentista da região vem sendo esvaziado, de recursos, de técnicos, de verbas orçamentárias, em favor dos incentivos setoriais, que mais interessam às regiões desenvolvidas.

Quem perde é a SUDENE, com a punição de Paulo de Tarso.

E o Superintendente Zé Lins, bacharel em Nordeste e doutor em burocracia, sabe, mais do que ninguém, que não encontrará, em seus quadros, facilmente, um substituto à altura daquele profissional.

Está de pésames a SUDENE. E o Nordeste é que pagará o ônus dessa vingança, cujo resultado será um prêmio para um tecnocrata subserviente, que subirá ao posto para dizer amém ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Leônidas Sampaio.

O SR. LEÔNIDAS SAMPAIO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Desejo consignar, nos Anais desta Casa, o transcurso do vigésimo aniversário da *Revista Social de Petrópolis*, fundada e dirigida pelo dinâmico jornalista Célio Salim Thomás.

Bem imprensa e bem redigida, a *Revista Social* já é uma tradição na histórica cidade, para o desenvolvimento da qual muito contribui, destacando os valores petropolitanos e prestigiando as iniciativas da comunidade serrana.

Desde notícias da vida social a páginas de literatura, desde informações sobre esportes à publicação de poesias, desde homenagens a pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para o desenvolvimento da Cidade, a colunas sociais, noticiários de TV e modas, desde artigos sobre Ciências a páginas de humorismo, tudo entremeado de boas ilustrações, à revista, sábia, ilustrativa e educativa, nada falta para proporcionar uma ou duas horas de leitura amena e altamente interessante para a família petropolitana, além de se constituir num repositório para os futuros historiadores da Cidade.

Falamos das iniciativas da comunidade que a revista prestigia. Mas ela própria é uma fonte de iniciativas, Sr. Presidente.

Numa das suas promoções, que alcâncam todas as camadas sociais da bela cidade serrana, a *Revista Social* aponta anualmente as personalidades que mais se destacam durante o ano nos diversos setores de atividades, quer no âmbito municipal, estadual ou federal.

Desde que foi instituída a Promoção Vip da prestigiosa revista, já foram por ela agraciados Deputados, Senadores, Ministros de Estado, Governadores, Homens de Comunicação, do Rádio, do Cinema e da Televisão.

Em 1975 participou da entrega do Troféu Vip da Revista a famosa atriz de teatro, cinema e televisão Sandra Bréa, que também foi distinguida. No ano passado coube ao não menos famoso ator de teatro, cinema e TV, Ziembinski fazer, com o mesmo sucesso, a entrega do troféu.

Para a escolha da personalidade a receber o Troféu Vip a *Revista Social* constitui sempre uma comissão de alto nível, da qual fazem parte cronistas sociais e jornalistas dos diversos setores da imprensa.

Assim, Sr. Presidente, foi com orgulho que recebi a seguinte comunicação do Diretor da prestigiosa revista, em setembro passado:

"Sr. Deputado Leônidas Sampaio, tomamos a liberdade de informar que seu nome foi incluído para ser VIP-1977 (Very Important Person). E assim, está V. Exº convidado a comparecer no dia 30 de outubro, domingo, às 13 horas, ao grande banquete a ter lugar na sede do Petropolitano F.C., à Rua Roberto Silveira, 82, oportunidade em que será comemorado o 20º aniversário da *Revista Social*, que temos a honra de dirigir."

Augurando a esse periódico, que tão bem se identifica com a bela cidade, muitos êxitos para o futuro, envio desta tribuna as minhas palavras de incentivo ao seu Diretor, o ilustre jornalista Célio Salim Thomás.

lio Salim Thomás, e os meus parabéns à coletividade serrana por manter e prestigiar uma publicação dessa qualidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Marques.

O SR. PAULO MARQUES (MDB — PR) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as questões de terras em nosso País estão assumindo contornos de suma gravidade. Por diversas vezes temos trazido ao conhecimento desta Casa arbitrariedades praticadas por autoridades policiais, que, paradoxalmente, deveriam ser as primeiras a zelar pela ordem e pelo cumprimento das leis.

Agora mesmo acabamos de receber um ofício assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Toledo, Vereador Ivo Roque Pedrini, denunciando arbitrariedades praticadas pela Polícia Civil de Cascavel, também, no Estado do Paraná, durante uma incursão realizada por questões de terras na fazenda "Boa Esperança", naquele Município.

Embora o problema tenha sido criado por circunstâncias alheias às partes envolvidas, conforme esclarecemos mais adiante, não se pode deixar de condenar a atuação de policiais violentos, invadindo propriedades e ameaçando com metralhadoras e revólveres uma ordeira família de agricultores, entre cujos familiares se encontrava uma senhora grávida, que nem assim escapou das arbitrariedades.

A fazenda "Boa Esperança" foi vendida pelo seu proprietário, João Antônio de Oliveira, que nada mais fez do que exercer o seu direito. Contra a transação se insurgiu um dos filhos do fazendeiro, Carlos Dias Ribeiro, que se recusou a deixar a propriedade, alegando que teria realizado benfeitorias na fazenda e que por isso de lá somente se retiraria caso esses supostos melhoramentos lhe fossem indenizados.

Ante a negativa de atender às pretensões de Carlos, os novos proprietários da fazenda "Boa Esperança", Albino Corazza Neto, Tarcísio Jaci Herkert e Domingos Pasqualli, passaram a sofrer ameaças e outras formas de coação.

Devemos esclarecer que, juntamente, com o ofício da Câmara de Toledo, nos chegou às mãos um documento assinado pelo pai do Sr. Carlos Dias Ribeiro, que por ele é acusado de "aproveitador", numa manifestação de que não concordava com a posição assumida pelo filho.

Finalmente, chegou o dia em que o Sr. Carlos Dias Ribeiro passou das ameaças à ação. Com o auxílio de vários capangas, apossou-se de máquinas e outros instrumentos da fazenda, mas não ficou na posse do que roubura, por muito tempo, pois foi obrigado a devolver tudo, pelos empregados dos novos proprietários.

Diás depois, a fazenda "Boa Esperança" foi invadida por uma viatura da Polícia Civil de Cascavel, em cujo interior se encontravam, além de Carlos Dias Ribeiro, capangas seus e vários policiais. O grupo chegou dando tiros de metralhadora e de revólveres, algemando todas as pessoas que se encontravam no local e revistando a moradia da fazenda, de onde foram levadas armas de uso pessoal dos novos proprietários.

O fato que acabamos de relatar ensejou requerimento, aprovado pela Câmara Municipal de Toledo, levando também as denúncias ao

conhecimento do Exmº Sr. Governador do Paraná e do seu Secretário de Segurança, além de outras autoridades.

Queremos, contudo, reafirmar a necessidade de que tais acontecimentos sejam devidamente esclarecidos, com a punição dos policiais arbitrários, que, sem qualquer ordem judicial, invadiram uma propriedade particular e cometem crimes contra pessoas, pondo-lhes em risco a vida, além de apropriarem-se de bens alheios.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 24, de 1977-CN, que autoriza a Petrobrás Fertilizantes S.A. a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 23, de 1977-CN, que autoriza a Petrobrás Química S/A — PETROQUISA a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades, tendo

PARECER, sob nº 194, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto sem emendas e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 1977-CN

Autoriza a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS, constituída na forma do disposto no art. 39 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, autorizada a participar do capital de outras sociedades, para o exercício das atividades nos seus estatutos sociais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)